

Assunto: Possibilidade de conversão do pedido de obrigação de fazer em perdas e danos quando impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BEM MÓVEL - PROCEDÊNCIA - FORMAL INCONFORMISMO DA PARTE AUTORA QUE POSTULA A FIXAÇÃO DE PENALIDADE DE CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS - PRETENSÃO REJEITADA - CABIMENTO - INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 538, § 3º C/C 497 DO CPC - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 7ª C.Cível - 0000059-39.2013.8.16.0057 - Campina da Lagoa - Rel.: Joeci Machado Camargo - J. 16.05.2018, Publicado em 17/05/2018)

Assunto: Não obrigatoriedade de realização de avaliação judicial de imóvel apenas por profissional inscrito no CREA.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A IMPUGNAÇÃO AO LAUDO APRESENTADO PELO PERITO E O HOMOLOGOU E AFASTOU A ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DO BEM. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA A DECISÃO AGRAVADA E NÃO EXPÕE A RAZÃO DO SEU INCONFORMISMO. PLEITO PELA REFORMA DA DECISÃO A FIM DE QUE SEJA CONSIDERADA A AVALIAÇÃO APRESENTADA PELOS EXECUTADOS/AGRAVANTES. ALEGAÇÃO DE QUE O LAUDO DEVE SER ELABORADO POR PERITO COM REGISTRO NO ÓRGÃO DE CLASSE (CREA). DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE DESABONEM A AVALIAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

(TJPR - 13ª C.Cível - AI - 1709442-9 - Medianeira - Rel.: Humberto Gonçalves Brito - Unânime - J. 09.05.2018, Publicado em 17/05/2018)

Assunto: Suspensão da execução por ausência de bens penhoráveis constitui fator impeditivo à fruição da prescrição intercorrente.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. PROCESSO SUSPENSO PELA FALTA DE BENS PENHORÁVEIS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 791, III DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO

CREDOR PARA MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO SEM O QUE O PRAZO DE PRESCRIÇÃO NÃO TEM FLUÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 15ª C.Cível - 0000411-28.2006.8.16.0126 - Palotina - Rel.: Marco Antonio Antoniassi - J. 09.05.2018, Publicado em 16/05/2018)

Assunto: Impossibilidade de compensação de créditos estando a cooperativa em regime de liquidação extrajudicial, por infringir ordem legal de preferência.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONFISSÃO DE DÍVIDA. COOPERATIVA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

- Estando a Cooperativa/Autora em regime de liquidação extrajudicial, a compensação de créditos não é admitida, sob pena de afronta à ordem de legal de pagamento aos credores preferenciais.

(TJMG - Apelação Cível 1.0441.06.007035-2/001, Relator(a): Des.(a) José Marcos Vieira, 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/05/2018, publicação da súmula em 18/05/2018)

Assunto: Inaplicabilidade da contagem do prazo inicial dos juros e da correção monetária a partir da citação, iniciando na data de vencimento da obrigação.

AGRAVO INTERNO - COBRANÇA - TERMO A QUO DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DA CITAÇÃO - AFASTADO PARA MANTER A CONTAR DO VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO. I - Se há prazo entabulado para o adimplemento da obrigação, então, os juros de mora e a correção monetária (que servem para recompor a perda do poder aquisitivo da moeda pela inflação) contam-se a partir de quando deveriam ter sido pagos e não o foram, uma vez que tratam-se de mora ex re (caput do artigo 397 do CC/2002) que é regulada por norma de direito material e, não, processual (artigo 240, CPC).

(TJMS. Agravo Interno n. 0801132-05.2013.8.12.0031, Caarapó, 2ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Alexandre Bastos, j: 16/05/2018, p: 17/05/2018)

Assunto: Improcedência da alegação de impenhorabilidade do bem de família quando indemonstrado que o imóvel é trabalhado pela família para seu sustento.

Penhora - execução - incidência sobre pequena propriedade rural - indemonstrado nos autos que o imóvel é trabalhado pela família para seu sustento (CF/88, art. 5º, XXVI) - bem constrito que não é o único de propriedade do devedor - impenhorabilidade afastada - confirmação da solução singular, por suas apropriadas e fundamentadas razões - aplicação do art. 252 do Regimento Interno deste TJSP - agravo improvido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2229142-41.2017.8.26.0000; Relator (a): Jovino de Sylos; Órgão Julgador: 16ª Câmara de Direito Privado; Foro de Adamantina - 2ª Vara; Data do Julgamento: 16/05/2018; Data de Registro: 16/05/2018)